

Clarice Cristina Corbari¹
Jorge Bidarra²

**UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM
LÉXICO-SEMÂNTICA PARA A
CONJUNÇÃO *E* DO PORTUGUÊS**

RESUMO: Tradicionalmente, as pesquisas realizadas em lingüística lexical têm focalizado principalmente duas classes gramaticais, substantivos e verbos. Raros são os trabalhos desenvolvidos sobre conjunções. Apesar disso, as conjunções desempenham um papel preponderante não só para a estruturação das sentenças, mas também para a significação das mesmas. Este trabalho discute o papel da conjunção “e” para sentenças da língua portuguesa. Para tanto, tomam-se como exemplos sentenças extraídas do inglês e do português. A discussão se desenvolve com base nos princípios estabelecidos pela semântica lexical. Com este trabalho, busca-se mostrar que, ao contrário do que possa parecer, a conjunção “e” tem conteúdo semântico e, como tal, exerce uma importante influência sobre a interpretação de sentenças e textos.

PALAVRAS-CHAVE: Semântica lexical; Conjunções; Interpretação sentencial.

SUMMARY: Traditionally, the surveys carried out in lexical linguistics have focused mainly on two grammatical classes, nouns and verbs. Discussions about conjunctions are unusual. However, this kind of word category has a special importance not only for the sentence structure but also for its meaning. This paper discusses the role of the conjunction “e” (and) in Portuguese sentences, taking as examples both English and Portuguese sentences. The discussion is based on the principles established by the lexical semantics. The main objective of this paper is to point out that the conjunction “e” (“and”) has an important influence on the sentence and text interpretation.

KEYWORDS: Lexical semantics; Conjunctions; Sentence interpretation.

Data de recebimento: 21/03/05. Data de aceite para publicação: 01/06/06.

¹ Mestre em Letras. Docente do Curso de Letras na Unioeste – Campus de Cascavel. Endereço eletrônico: ccorbari@yahoo.com.br.

² Cientista da Computação. Lingüista Computacional. Professor Assistente na Unioeste – Campus de Cascavel. Endereço eletrônico: jbidarra@unioeste.br

1. INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, os estudos da semântica lexical têm privilegiado a análise de palavras de classes abertas do léxico (cf. CRUSE, 1986, p. 4), com maior ênfase para os verbos e substantivos. Uma constatação disso são os diversos trabalhos sobre a estrutura de argumentos ou de predicados, sobre papéis temáticos e sobre os casos semânticos, centrados principalmente nessas duas classes (cf. GRIMSHAW, 1990; HAEGMAN, 1994; FILLMORE, 1968; 1971; 1977). Os elementos das classes fechadas, considerados meros sinalizadores da organização gramatical das sentenças, não costumam ser objeto de estudo sob o aspecto léxico-semântico (cf. CRUSE, 1986, p. 3). Basta citar o caso dos conectivos, elementos que, como o próprio nome sugere, teriam apenas a função de ligar palavras ou orações; tratando-se, então, de uma relação primordialmente estrutural, não lexical. Diante disso, o questionamento que rege este trabalho é o seguinte: Seria ou não possível uma abordagem léxico-semântica dos elementos pertencentes às classes fechadas, especificamente das conjunções?

Supõe-se que, para responder a essa pergunta, torna-se necessário desenvolver uma abordagem primordialmente contextual. Parece que a análise no nível da palavra, nesse caso, seria insuficiente, sendo necessário ampliá-la para o nível da sentença. Nesse sentido, é preciso conceber uma descrição lexical, levando-se em conta os outros elementos da sentença, verificando de que maneira eles influenciam na interpretação dos elementos em questão. Assim, com relação às conjunções, o ambiente em que elas operam é que forneceria pistas para definir o seu significado em uma sentença, uma vez que algumas conjunções podem estabelecer diferentes relações de sentido entre os membros conectados (cf. QUIRK & GREENBAUM, 1987; KOCH, 2000; NEVES, 2000), muitas vezes colidindo com a classificação (amarrada e estática) veiculada pela gramática tradicional.

O objetivo deste trabalho é desenvolver, inicialmente, uma discussão teórica do assunto para, então, dar início a uma reflexão sobre o papel da conjunção e de um ponto de vista léxico-semântico, de modo a fornecer mais subsídios para a compreensão de seu funcionamento em termos de sua influência semântica sobre as sentenças. Essa escolha se fundamenta em dois fatos. O primeiro deles é que a conjunção e juntamente com as conjunções *mas* e *ou* são consideradas por muitos lingüistas como os únicos coordenadores (cf. QUIRK & GREENBAUM, 1987) ou, pelo menos, como as conjunções

coordenativas centrais (cf. PERINI, 1995; NEVES, 2000). Em segundo lugar, que as descrições apresentadas nas gramáticas tradicionais e nos livros didáticos geralmente são limitadas, pois não exploram as diversas relações de sentido que a conjunção estabelece.

O *corpus* utilizado neste estudo é composto por sentenças apresentadas como exemplos de coordenação por e (*and*) na obra de Quirk & Greenbaum (1987), que, de todas as maneiras, servem de parâmetros para a análise em português, e sentenças extraídas de publicações semanais de circulação nacional no Brasil (revistas VEJA e ISTOÉ). O referencial teórico que fundamenta a análise abriga noções trabalhadas por lingüistas que abordam os itens lexicais sob as perspectivas lexical, semântica e lógica, com destaque para Cruse (1986), Quirk & Greenbaum (1987), Longacre (1996) e Neves (2000). Cabe destacar que essa apresentação tem um caráter predominantemente descritivo, sem qualquer pretensão de se propor uma teoria. Trata-se apenas de uma possibilidade de análise agregada a uma tentativa de formalização, uma vez que não foi possível ter acesso a pesquisas mais consistentes nessa perspectiva. O propósito final é o de fornecer a estudantes e pesquisadores que trabalham com o processamento da linguagem natural (PLN) elementos para a reflexão e discussão do funcionamento do mecanismo lingüístico em foco neste estudo.

2. DESCRIÇÃO DO ASSUNTO

2.1 PRELIMINARES TEÓRICAS

As palavras que constituem o vocabulário de um idioma se distribuem, teoricamente, entre as chamadas classes aberta e fechada, conforme o seu comportamento. As palavras da classe aberta, à qual pertencem os verbos³, os substantivos, os adjetivos e os advérbios pronominais⁴, são em número ilimitado pelo fato de o sistema permitir a criação ou inclusão de novos membros – os neologismos e os estrangeirismos. Além disso, seus membros estão sujeitos a uma reviravolta relativamente rápida nas classes a que pertencem. Já as palavras da classe fechada tendem a se conservar inalteradas durante toda a vida do falante, sendo altamente resistentes à adição de novos

³ Excetuam-se os verbos auxiliares e os modais.

⁴ Cruse (1986, p. 3) defende uma classificação distinta das palavras de classe aberta: o autor não leva em consideração o lexema em sua totalidade, mas apenas as raízes lexicais (*lexical roots*), que detêm os principais traços de significados em uma sentença.

membros (CRUSE, 1986, p. 3; HANDKE, 1995, p. 25). Pertencem a esse sistema os artigos, os pronomes, os numerais, os advérbios pronominais, preposições, conjunções, interjeições, aos quais Cruse (1986, p. 3) denomina marcadores. Segundo o autor, os afixos também pertencem a esse sistema, pois, da mesma forma que os marcadores, desempenham a função lingüística de sinalizar a organização gramatical das sentenças.

Apesar da produtividade limitada dos elementos da classe fechada, sua importância para o funcionamento da língua é enorme, pois são os que mais refletem a estrutura gramatical da língua, sendo de grande utilidade para a identificação do sistema aberto e para a descrição lingüística de modo geral: o artigo identifica o substantivo, a conjunção anuncia o princípio de nova oração, e assim por diante. Justamente por seu estatuto predominantemente estrutural é que essas palavras têm recebido, com frequência, menor atenção nos estudos semânticos.

Outro conceito relevante para este estudo é o das relações que se estabelecem entre as unidades lingüísticas, que podem assumir um caráter paradigmático ou um caráter sintagmático. Segundo Lyons (1979, p. 75-76), uma unidade lingüística, em virtude de sua possibilidade de ocorrência num contexto dado, tem relações paradigmáticas com todas as unidades que também poderiam ocorrer no mesmo contexto ou em oposição, ou em variação livre com a unidade em questão, e relações sintagmáticas com as outras unidades do mesmo nível com as quais ela ocorre e que constituem o seu contexto. Como exemplo, pode-se citar o sintagma nominal *uma xícara de leite*⁵, em que *leite* mantém relações sintagmáticas com *uma*, *xícara* e *de*, e relações paradigmáticas com outros elementos possíveis na sua posição, tais como *café*, *chá* e *líquido*. Para Jakobson (1969, p. 39-40), a relação sintagmática implica a combinação de signos com outros signos, relacionando-se à contextura, e a relação paradigmática implica a seleção, ou seja, a possibilidade de substituir um termo por outro alternativo, equivalente ao primeiro num aspecto e diferente em outro. Ressalta-se que fatores como possibilidade de ocorrência e aceitabilidade interferem no modo como essas relações ocorrem.

Nessa mesma direção, Carone (1988, p. 78-79) apresenta o conceito de cadeias sintagmática e paradigmática. A cadeia sintagmática seria, para a autora, uma construção, em qualquer nível, formada por unidades que se articulam e estão, portanto, em presença umas das outras – trata-se do conceito saussureano de modo de arranjo

⁵ Todos os exemplos apresentados por Lyons, Cruse e Longrace foram adaptados para a língua portuguesa.

in praesentia. Essa cadeia constitui o eixo sintagmático, sobre o qual se realiza a segmentação analítica. Já a cadeia paradigmática, ou eixo paradigmático, é o eixo das unidades ausentes da cadeia sintagmática, onde se busca um elemento que possa comutar com uma unidade presente – trata-se do conceito saussureano de modo de arranjo *in absentia* (cf. também JAKOBSON, 1969, p. 40). Todas as unidades capazes de ocupar um dado ponto da cadeia constituem um paradigma, que é praticamente um conjunto de “peças de reserva”.

Cruse (1986, p. 1-4), ao tratar da relação entre gramática e significado, faz uso de ambos os conceitos, tanto o de classe aberta e fechada quanto o de relações paradigmáticas e sintagmáticas. Em seu estudo, propõe uma abordagem contextual para a semântica lexical, justificada pelo fato de que as propriedades semânticas de um item lexical tendem a estar completamente refletidas em aspectos apropriados das relações que ele contrai com os seus contextos reais ou potenciais. Sob essa óptica, as possibilidades combinatórias das palavras nos enunciados são restringidas não apenas por suas propriedades semânticas, mas também pelas suas propriedades morfossintáticas.

O estabelecimento de uma distinção clara entre significado e gramática⁶ não é uma tarefa fácil, porque os dois níveis estão intimamente interligados, mas é possível estabelecer certa distinção que permita avaliar se as palavras são estranhas numa determinada ocorrência por virtude do significado ou por virtude de sua gramática desviante. Para determinar se a anormalidade da sentença é de natureza gramatical ou semântica, Cruse (1986, p. 3) propõe, provisoriamente, o seguinte teste: se a mudança mínima requerida para “curar” uma anomalia envolve um ou mais itens da classe fechada, então o desvio é gramatical; se, no entanto, a sentença pode ser mais facilmente normalizada pela substituição de um ou mais itens de classe aberta, então o desvio é semântico. É possível haver uma anomalia simultaneamente semântica e gramatical, que pode ser exemplificada, em português, pela sentença *Os pensamentos verdes dorme*. Para normalizá-la, duas operações são necessárias: uma gramatical, envolvendo alterações dos itens da classe fechada, neste caso a desinência verbal – *Os pensamentos verdes dormem* – e outra semântica, envolvendo alterações dos itens da classe aberta, neste caso o substantivo – *Os lagartos verdes dormem*.

⁶ Adota-se, neste trabalho, o conceito de gramática de Handke (1995), ou seja, como distinto do conceito de semântica. A gramática, neste caso, compreende a morfologia e a sintaxe.

A discussão de Cruse demonstra que o significado das palavras é melhor captado pelos falantes quando essas são combinadas com as outras que as cercam num determinado enunciado. Segundo o autor, as palavras individualmente contribuem, por suas propriedades semânticas, para o significado de unidades mais complexas, o que leva a supor que as intuições concernentes aos enunciados seriam mais precisas, claras e confiáveis do que as concernentes às palavras individuais (CRUSE, 1986, p. 9-10). Uma outra contribuição de Cruse inscreve-se no domínio lógico-semântico. Trata-se da noção de implicatura (*entailment*), cuja relação fundamental se realiza entre proposições, mas pode ser aplicada de forma análoga para se referir à relação entre as sentenças. A implicatura se estrutura do seguinte modo: uma proposição *P* implica uma outra proposição *Q* quando a verdade de *Q* é uma consequência logicamente necessária da verdade de *P*. Um exemplo dessa relação pode ser visto na frase *É um cão*, que implica *É um animal* (CRUSE, 1986, p. 14): “ser um cão implica em ser um animal”.

Levando em consideração a noção de implicatura, Cruse (1986, p. 16) propõe um modelo em que o significado de uma palavra participa do significado das outras por meio de traços semânticos, os quais apresentam a conformidade com graus de necessidade: criteriais, esperados, possíveis, inesperados e excluídos. Os traços criteriais (*criterial traits*) e os excluídos (*excluded traits*) podem ser diagnosticados por meio de relações de implicatura entre sentenças. Assim, em *É um cão*, “animal” é um traço criterial, pois ser um cachorro implica necessariamente ser um animal. No outro extremo, “peixe” é um traço excluído, uma vez que ser um cachorro implica necessariamente não ser um peixe. Com relação aos traços intermediários desses dois extremos, Cruse (1986, p. 17) apresenta alguns exemplos: *poder latir* pode ser considerado um traço semântico de *cão*, mas esse não seria um traço criterial, pois *ser um cão* não implica, necessariamente, que *ele pode latir*, isso porque existem cães que, por algum motivo, não latem. O traço *pode latir* seria, para esse caso, um traço esperado (*expected trait*) de *cão*. Já *pode cantar* seria um traço inesperado (*unexpected trait*), mas não excluído, de *cão*, até porque um cachorro incomum poderia ter a habilidade de “cantar”. Finalmente, *ser marrom* seria um traço possível (*possible trait*) de *cão*, uma vez que alguns cachorros podem ser, de fato, marrons.

Ainda no contexto da semântica lógica, o estudo da coordenação de Longacre (1996) também representa uma grande contribuição para o nosso trabalho. O autor apresenta um estudo lógico-semântico das

conjunções, classificando os tipos de relação conjuntiva nas seguintes (sete) categorias: (i) associação, (ii) contraste, (iii) comparação, (iv) alternância, (v) temporalidade, (vi) implicação e (vii) paráfrase.⁷ Interessam-nos, neste momento, as relações de associação, nas quais o autor inscreve a conjunção *e* (*and*). Segundo o autor, os predicados conjugados por *e* são tipicamente do mesmo domínio semântico, embora as exigências da estrutura discursiva possam reunir itens de relação incomum⁸. Para demonstrar os padrões de colocação, Longacre (1996, p. 54) cita três exemplos: (a) a sentença *Ele é baixo e gordo*, que contém duas predicções descritivas do domínio semântico da dimensão corporal; neste caso, as predicções apresentam o mesmo primeiro termo⁹; (b) em *Ele corre em pistas e joga tênis*, que conjugam duas predicções do domínio do esporte; e (c) em *Ele coleciona moedas e sua esposa faz cerâmica*, cujas predicções pertencem ao domínio das atividades de lazer.

Longacre (1996, p. 54-55) identifica cinco variedades de associação, quais sejam: (i) associação com o mesmo primeiro termo ($Pa \wedge Qa$, ou seja, P com o primeiro termo a , e Q com o mesmo primeiro termo a , como em *Ele é baixo e gordo*); (ii) associação com diferentes primeiros termos e sem reciprocidade ($Pa \wedge Qb$), como em *Maria é bonita e Joan é inteligente*; (iii) associação com diferentes primeiros termos, com reciprocidade ($Pab \wedge Qba$), como em *Ela fala para ele e ele a ouve*; (iv) associação com reciprocidade parcial ($Pa \wedge Qba$), como em *Ela fala e ele a ouve*; e (v) associação paralela ($P(a) \wedge P(b) \dots P(n)$), como em *Os homens falam inglês, as mulheres falam inglês e as crianças falam inglês*, que pode ser expressa na estrutura sintética *Eles falam inglês*.

Segundo Longacre (1996, p. 90-91), a associação, da mesma forma que as demais relações conjuntivas, pode ser frustrada. Vale esclarecer, desde já, que o termo frustração deve, aqui, ser entendido como sinônimo de inversão de expectativa, ou contra-expectativa, e tem como pressuposto básico a existência de um P que normalmente implicaria um Q , mas ao invés disso ocorre o valor positivo-negativo contrário,

⁷ Note-se que várias outras tentativas de (re)classificação das conjunções podem ser encontradas na literatura especializada. Algumas delas serão citadas ao longo do texto.

⁸ Um exemplo de coordenação de itens de relação incomum é a seguinte sentença: *Ele prega duas vezes por semana, ordenha as vacas duas vezes por dia, joga pôquer toda noite, estuda teoria gráfica e topologia, escreve ocasionalmente para a 'Playboy', mexe com carros velhos, atira panelas em sua esposa, coleciona marfim de elefantes, e promove o uso de heroína.* (LONGACRE, 1996, p. 54).

⁹ Predicações envolvendo descrições com diferentes primeiros termos dão a noção de contraste. na sentença, *Maria é bonita e Joana é inteligente*, por exemplo, estão sendo contrastadas a beleza e a inteligência (LONGACRE, 1996, p. 54).

frustrando, assim, uma expectativa colocacional em uma dada sentença no âmbito de um determinado discurso. Devido às suas características específicas, a frustração é mais comumente expressa em uma sentença antitética, como ocorre, por exemplo, com a associação frustrada. Nesse caso, o e pode ser substituído por *mas*, com um dos termos negativos. Comparem-se as seguintes situações: (a) *O equipamento é moderno e eficiente* com (b) *O equipamento é moderno, mas não é eficiente*¹⁰. Outro tipo de frustração que diz respeito a certas estruturas em que há a coordenação por e é aquele que ocorre em termos de sucessão e de causa-efeito (LONGACRE, 1996, p. 91-94). Quando se diz que *O vaso caiu do alto da estante*, a expectativa colocacional deveria acionar o verbo *quebrar*, resultando numa sentença como *O vaso caiu do alto da estante e quebrou-se*; porém, pode ocorrer frustração no momento em que se diz que *O vaso caiu do alto da estante, mas não quebrou*. Para lidar com o fenômeno, Longacre desenvolve a noção de cadeia de expectativa (*expectancy chain*), aplicável à sucessão frustrada. Trata-se de cadeias que envolvem ações que costumam ocorrer em seqüência, tais como *partir... ir... chegar, procurar... encontrar*, etc.

As categorias propostas por Longacre, como citadas anteriormente, assemelham-se às da lógica clássica, e as relações associativas equivalem às copulativas da lógica de Port-Royal¹¹. As proposições copulativas são classicamente definidas como aquelas que encerram vários sujeitos ou vários predicados (ou ambas as coisas), ligados por uma conjunção afirmativa (e) ou uma conjunção negativa (nem) (KOCH, 2000, p. 125). Ainda no âmbito da lógica, Chierchia e Mcconnel-Ginet (2000) inscrevem os chamados coordenadores típicos em duas classes: a disjunção e a conjunção¹², realizadas respectivamente pelos operadores lógicos *ou* e *e*. Em seu estudo sintático-semântico, os autores refutam a noção de que sentenças que apresentam relações disjuntivas ou conjuntivas reduzidas, tais como *Pavarotti é entediante e detesta Bond*, sejam derivadas de estruturas subjacentes do tipo *Pavarotti é entediante e Pavarotti detesta Bond*¹³. Trata-se de uma proposta muito simplista, que não dá conta de explicar ocorrências do tipo *Um homem é entediante e odeia Bond*, pois a estrutura estendida produziria *Um homem é entediante e um homem*

¹⁰ Nossa autoria.

¹¹ A lógica de Port-Royal (lógica clássica) apresenta como tipos de proposições compostas as copulativas, as disjuntivas, as condicionais, as causais, as relativas e as discretivas (cf. KOCH, 2000, p. 125).

¹² O termo “conjunção” deve ser aqui entendido como sinônimo de relação conjuntiva.

odeia Bond. O resultado é que ambas as sentenças não têm o mesmo significado: aquela implica esta, mas não vice-versa, pois pode se tratar de dois homens diferentes.

Apesar de relevante, não é foco do nosso trabalho a distinção entre estrutura profunda e estrutura de superfície implicada na coordenação. O nosso interesse pelos estudos de Longacre e de Chierchia e Mcconnel-Ginet é plenamente justificado pelo fato de que uma abordagem semântica da conjunção e passa necessariamente pelo viés lógico, pois há que se considerar a relação que se estabelece entre os predicados coordenados por esse elemento: se se trata apenas de uma relação de adição (ou cópula) é o que pretendemos averiguar neste trabalho.

2.2 IMPLICAÇÕES SEMÂNTICAS DO COODENADOR *E*

Das características que tornam a conjunção *e* (ao lado de *ou*)¹⁴ um coordenador típico, duas nos chamam mais a atenção. Uma delas é que o elemento pode coordenar qualquer número de membros (cf. PERINI, 1995, p. 144). A outra é que o conectivo pode coordenar tanto orações quanto níveis inferiores à oração (elementos de composição de uma palavra, palavras e sintagmas) e até mesmo níveis superiores à oração (enunciados) (cf. NEVES, 2000, p. 740-741). Quanto à coordenação de palavras, estas podem envolver tanto os verbos, quanto os substantivos, os pronomes, os adjetivos, os advérbios, os determinantes e as preposições (cf. CHIERCHIA & MCCONNEL-GINET, 2000; CARONE, 1988). A análise que aqui se pretende desenvolver limita-se à função do coordenador e nas orações coordenadas.

Ao trabalharem com a língua inglesa, Quirk e Greenbaum (1987, p. 257) vão abordar as implicações semânticas das orações coordenadas por *and* (*e*) de uma forma particularmente interessante para o presente estudo, facilmente compreendido pelos exemplos que se seguem, fornecidos pelos próprios autores. Nos exemplos transcritos, no corpo das próprias sentenças, notar-se-ão alguns elementos entre parênteses, cujo único objetivo é o de tornar mais explícito o relacionamento entre os conteúdos das orações. Os oito casos

¹³ Segundo Carone (1988, p. 32-33), os gerativistas concebiam a oração que contém um termo composto como resultado da soma de duas orações, com a supressão dos elementos repetidos.

¹⁴ O *mas* difere do *e* e do *ou* em alguns aspectos, por isso não é considerado um coordenador típico.

apresentados pelos autores são como seguem: **(1º)** O evento da segunda oração é uma conseqüência ou resultado do evento da primeira oração [*He heard an explosion and he (therefore) phoned the police.* (Ele ouviu uma explosão e (portanto) telefonou para a polícia.); **(2º)** O evento da segunda oração é cronologicamente dependente, em termos de execução de tarefas, do evento da primeira. [*She washed the dishes and (then) she dried them.* (Ela lavou os pratos e (depois) os secou.); **(3º)** A segunda oração introduz um contraste, caso em que o coordenador e pode ser substituído por *mas*. [*Robert is secretive and (in contrast) David is candid.* (Robert é reservado e (em contraste) David é franco.); **(4º)** A segunda oração é um comentário sobre a primeira. [*They disliked John – and that’s not surprising.* (Eles não gostaram de John – e isso não é surpreendente.); **(5º)** A segunda oração introduz um elemento de surpresa na visão do conteúdo da primeira oração. Aqui também o *mas* pode substituir o *e*. [*He tried hard and (yet) he failed.* (Ele tentou arduamente e (contudo) ele fracassou.); **(6º)** A primeira oração é uma condição da segunda, restrição feita a que o verbo da primeira oração seja um imperativo ou contenha um auxiliar modal, e a segunda oração tenha um auxiliar modal. [*Give me some money and (then) I’ll help you escape.* (Dê-me algum dinheiro e eu o ajudarei a fugir.)¹⁵]; **(7º)** A segunda oração apresenta um ponto similar à primeira. [*A trade agreement should be no problem, and (similarly) a cultural exchange could be arranged.* (Um acordo comercial não seria nenhum problema, e (similarmente) um intercâmbio cultural poderia ser arranjado.)] e **(8º)** A segunda oração é uma adição “pura” à primeira. [*He has long hair and (also) he wears jeans.* (Ele tem cabelos longos e (também) veste jeans.)].

Em língua portuguesa, também são registradas algumas iniciativas de descrição semântica da conjunção *e*, embora nenhuma das obras pesquisadas tenha produzido uma lista tão extensa quanto a de Quirk e Greenbaum (1987). Koch (2000, p. 115), por exemplo, apresenta as seguintes relações, análogas às apontadas por Quirk e Greenbaum por meio dos casos 2, 3, 5 e 1, aqui indicados pelos números 1, 2, 3 e 4, respectivamente: **(1)** Relação de prosseqüência temporal [*Levantou-se e saiu.*]; **(2)** Relação de confronto [*Maria gosta de livros e Paulo, de brinquedos.*]; **(3)** Relação de adversidade [*Prometeu vir e não veio.*] e **(4)** Relação de causa e conseqüência [*Caiu da janela e morreu.*]

Para Neves (2000, p. 740), o *e* marca uma relação de adição entre os segmentos coordenados, o que parece indicar que o coordenador

¹⁵ Em português, a construção não apresenta auxiliar modal na segunda oração.

possui um caráter mais neutro do que os outros. Contudo, a autora reconhece que o *e* pode assumir uma relação “aparentemente menos neutra” entre os segmentos por ele coordenados. Isso ocorre com a adição de segmentos que mantêm entre si uma relação semântica marcada, como, por exemplo, de contraste, como em *Depenava frangos e não ganhava nada*, ou de causa-conseqüência, como em *Superministro arma crise e entra na fritura*. A autora não se alonga nesses dois tipos de relação; entretanto, faz uma descrição mais detalhada das diversas modalidades de relação de adição: adição de unidades do sistema de informação, de temas, de pedido de informação, de solicitação, de argumentos (reiterando ou invertendo a orientação argumentativa). Algumas dessas relações de adição podem expressar subseqüência temporal. Nesse caso, as relações são assimétricas, ou seja, adicionam-se elementos que devem ser considerados numa ordem necessária, não sendo possível a inversão da ordem, como em *Suspirou e morreu*. A autora lembra que, de modo geral, as construções com *e* são, em termos funcionais, simétricas, sendo possível aos membros permutar de posição, com resultado de sentido que difere apenas do ponto de vista da distribuição da informação (NEVES, 2000, p. 743-751).

Um dado que merece especial atenção, tanto nos estudos de Koch, Neves, e Quirk e Greenbaum, é o fato de a conjunção *e* não indicar, em muitos casos, uma mera adição de informações, argumentos ou “proposições”. Ou seja, a conjunção não tem um valor unicamente copulativo, como aponta a lógica clássica, mas pode incluir-se em outros tipos de relações, tais como as causais e as discretivas¹⁶. Igualmente, pode-se discutir a realização da “frustração” (LONGACRE, 1996) somente por meio da conjunção *mas*: é possível expressar a inversão de expectativa também por meio do *e*. Mas, apesar de tais discussões já darem mostras de se estabelecerem em língua portuguesa, curioso é observar que, no geral, nem as gramáticas e os livros didáticos têm incorporado essas noções, nem os pesquisadores parecem, de fato, propensos a se debruçarem mais detidamente sobre a questão, particularmente no que diz respeito à formalização das estruturas coordenadas. Este trabalho, ainda que necessitando de um maior aprofundamento, tem justamente esse objetivo: provocar um debate em torno do assunto aqui abordado, a partir das análises que se seguem.

¹⁶ Na Lógica de Port-Royal, as proposições causais são aquelas ligadas por conectivos causais, incluindo as que se costuma chamar de finais (*porque*, *a fim de que* etc.); as discretivas são as proposições em que se fazem julgamentos diferentes nas duas proposições, ligadas por partículas como *mas*, *entretanto* e semelhantes (cf. KOCH, 2000, p. 126-127).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PROPOSTA DE ANÁLISE DO COORDENADOR E

A análise aqui proposta tomará por base a classificação de Quirk e Greenbaum (1987), por nos parecer ser a mais completa de todas, relativamente aos autores pesquisados. Os exemplos com os quais trabalharemos são todos coletados da língua portuguesa. O objetivo com isso é cotejar as estruturas coordenadas do inglês com as do português. Porém, dada a limitação de espaço, serão selecionados, para demonstração desta proposta de análise, os casos 1, 2, 3 e 5 (estes dois últimos numa mesma “formatação” de análise, por terem características semelhantes). Uma análise, bem superficial, dos casos 7 e 8 será considerada, porém tão-somente para fins de contextualização da discussão, simplesmente porque esses dois casos abordam o sentido canônico da conjunção: o da adição ou associação de pontos similares. Cabe alertar que a nossa análise não seguirá a ordem de apresentação dos exemplos de Quirk & Greenbaum (1987).

Assim, começando pela relação de adição, que é a função canônica da conjunção *e*, temos o caso 8, exemplificado em (1): Ele tem cabelos longos e veste jeans. [(SV 1: ter cabelos longos) (SV 2: vestir jeans)]¹⁷. Como se trata de um caso de adição, a ordem das informações não chega a alterar o sentido veiculado por *e*; porém, é possível que, com a inversão, o efeito pretendido pelo autor do enunciado possa ser alterado. Não há como prever, neste caso, quais seriam as informações combináveis. O exemplo (2) evidencia que as informações relacionadas pelo coordenador *e* podem assumir uma relação totalmente arbitrária: (2) *Era madrugada e os cachorros mataram os papagaios a dentadas*. (ISTOÉ, 2004, p. 58).

O caso 7 se assemelha ao 8 por se tratar de associação de informações que apresentam pontos similares. Mas essa similaridade agora permite prever, de certa forma, quais seriam as prováveis informações combináveis. Geralmente, são predicados do mesmo domínio semântico (cf. LONGACRE, 1996, p. 54), como demonstram os exemplos: (3) *Os artigos contêm comentários valiosos sobre a arte de governar, escolher prioridades e contrariar interesses*. (VEJA, 2005a, p. 9) e (4) *Na Europa, tem sido cada vez mais difícil encontrar pesquisadores e atrair talentos*. (VEJA, 2005a, p. 14-15).

¹⁷ SV = sintagma verbal.

Como a relação de adição ou associação é mais comumente objeto de estudos por parte dos lingüistas, não nos deteremos em sua análise. Retomamos agora o caso 1 de Quirk & Greenbaum, que descreve uma relação causa-conseqüência, ou seja, o coordenador introduz uma oração que reflete conseqüência ou resultado. Tem-se, neste caso, a seguinte estrutura: (5) *Ele ouviu uma explosão e telefonou para a polícia.* [(SV 1 – causa) (SV 2 – conseqüência/resultado) ou, dito de outra forma: CAUSA: ouvir uma explosão [and] CONSEQÜÊNCIA: telefonar para a polícia.]. Diferentemente do que ocorre com a mera adição de termos ou orações, na relação de causa-conseqüência, a mudança de ordem dos segmentos coordenados resultaria em uma anomalia ou, no mínimo, em uma mudança de sentido da sentença: (6) *Ele ligou para a polícia e ouviu uma explosão.*

Alguns outros exemplos retratam essa mesma relação de causa e resultado: (7) *O magma tende a subir e empurrar as placas.* (VEJA, 2005a, p. 57). [CAUSA: (o magma) subir [e] CONSEQÜÊNCIA: empurrar as placas]; (8) *Os larápios invadiram a sua residência e levaram tevê, computador, máquina fotográfica, videocâmera e uma jóia da família.* (ISTOÉ, 2004, p. 24). [CAUSA: ladrão invadir uma residência [e] CONSEQÜÊNCIA: levar tevê / computador / máquina fotográfica / jóia.]

É possível, a partir daí, prever alguns pares possíveis de serem coordenados por *and* de modo a retratar essa configuração, tais como: (a) CAUSA: cair [e] CONSEQÜÊNCIA: machucar-se; (b) CAUSA: andar na chuva [e] CONSEQÜÊNCIA: pegar um resfriado e (c) CAUSA: perder aulas [e] CONSEQÜÊNCIA: reprovar. É possível, ainda, a partir da primeira oração, prever possíveis ocorrências nas segundas orações, numa cadeia paradigmática: (9) *Ele ouviu uma explosão e ligou para a polícia/ chamou sua mãe/ pegou sua câmara fotográfica.*

O acréscimo de negativa na segunda oração faz o caso reverso, o e podendo, então, ser substituído por *mas*, dando à sentença uma conotação adversativa (ou discretiva, nas categorias da Lógica Clássica): [a] Cair/(não) machucar-se: *Ele caiu e (= mas) não se machucou;* [b] Perder aulas/(não) reprovar: *Ele perdeu aulas, e (= mas) não reprovou.* Note-se que, nessa acepção, o e expressa uma frustração de expectativa com relação aos padrões colocacionais do segundo membro coordenado. Com efeito, quando o primeiro membro expressa uma causa, a expectativa é que o segundo membro expresse uma conseqüência “lógica”.

Vale agora dizer que o caso 6, que expressa condicionalidade, também abriga essa relação de causa e conseqüência. Assim, em *Dê-me algum dinheiro e eu o ajudarei a fugir*, o fato de dar dinheiro a certa

pessoa terá como resultado, em retribuição, a oferta de ajuda para fugir. Não é nosso objetivo, porém, alongarmo-nos nessa estrutura.

A relação seqüencial-temporal – caso 2 – pode ser representada pela seguinte estrutura, em que o primeiro evento corresponde a um tempo t , e o segundo ao tempo $t+1$: (10) Ela lavou os pratos e os secou. [(SV 1 – 1º evento) (SV 2 – 2º evento), que, em outros termos, assim ficaria: EVENTO 1 (*tempo t*): lavar os pratos [e] EVENTO 2 (*tempo t+1*): secar os pratos]. Também nesse caso, as orações não são reversíveis, o que resultaria em uma anomalia ou em uma alteração de sentido: (11) * *Ela secou os pratos e os lavou*. Outros exemplos que retratam esse mesmo tipo de relação são fornecidos: (12) [...] *fez as malas e saiu porque estava ‘cheia’ e se sentiu ‘maltratada’*. (VEJA, 2005b, p. 27). [EVENTO 1 (*tempo t*): fazer as malas [e] EVENTO 2 (*tempo t+1*): sair]; (13) [...] *competiu em Nova York com beldades de 43 países e se tornou a primeira brasileira a vencer o concurso mundial da Ford Models*. (VEJA, *ibid.*, p. 64). [EVENTO 1 (*tempo t*): competir (num concurso) [e] EVENTO 2 (*tempo t+1*): vencer o concurso.]. Podem-se prever, também neste caso, quais seriam os possíveis pares de eventos seqüenciais, aplicando-se o conceito de cadeia de expectativa de Longacre (1996, p. 94). Por exemplo: EVENTO 1 (*tempo t*): sair do escritório [e] EVENTO 2 (*tempo t+1*): tomar um ônibus / ir ao parque, etc.

Note-se que a formalização acima proposta fornece pistas para as possíveis substituições da segunda oração, numa cadeia paradigmática. Um outro exemplo nos dá uma melhor idéia de como isso acontece. Nele, são mostradas quais as possíveis ocorrências na segunda oração, bem como as seqüências improváveis ou mesmo impossíveis de ocorrerem: (14) *Ele se levantou e tomou um banho / fez o desjejum ./ [?] foi para a cama. / [*] sonhou*.¹⁸. No caso de seqüência temporal, a identidade de sujeitos das duas orações parece ser obrigatória. A desobediência a essa restrição, apesar de perfeitamente possível de ocorrer, parece descaracterizar a seqüencialidade, dando uma conotação de simultaneidade: (15) *Ela lavou os pratos e eu os sequei*; (16) *Ele fez as malas e ela saiu porque estava ‘cheia’...* Também na acepção seqüencial, a expectativa pode ser frustrada, podendo ser expressa por *e* ou por *mas*. No caso dos exemplos acima, bastaria acrescentar um valor negativo ao segundo membro coordenado, para quebrar a lógica da cadeia expectacional: (17) *Fazer as malas / (não) sair: Ele fez as malas e (= mas) não saiu*; (18) *Levantar-se / (não) fazer o desjejum: Ele levantou-se e (= mas) não fez o desjejum*.

¹⁸ Obviamente, a sentença é possível em contextos metafóricos.

Retomemos, agora, o caso 3, que apresenta uma relação de contraste. Nesse caso, ambas as orações devem necessariamente apresentar conteúdos “assimétricos” ou contraditórios. Apresenta-se conforme a seguinte estrutura: (19) Robert é reservado e David é franco. [(FATO 1) (FATO 2 <> FATO 1)]¹⁹, que, noutras palavras, teríamos: FATO 1: ser reservado [e] FATO 2 <> FATO 1: ser franco. Uma outra sentença que reflete essa mesma estrutura relacional é o exemplo dado por Koch (2000, p. 115) para ilustrar o valor adversativo do *e*: (20) *Maria gosta de livros e Paulo, de brinquedos*. [FATO 1: gostar de livros [e] (= mas) FATO 2 <> FATO 1: gostar de brinquedos]. Chama-se a atenção para o seguinte fato: a inversão da ordem dos predicados coordenados mantém o sentido contrastivo, ainda mais por se tratar de predicados atribuídos a sujeitos diferentes: (21) *David é franco e Robert é reservado*. (compare com o exemplo 19); (22) *Paulo gosta de brinquedos e Maria, de livros*. (compare com o exemplo 20).

O caso 5 aborda uma relação semelhante a esta última. Trata-se também de uma relação de contraste, diferindo apenas pelo acréscimo de um “elemento de surpresa”: (23) Ele tentou arduamente e fracassou. [FATO 1: tentar arduamente [e] FATO 2 <> FATO 1: fracassar]. Um outro exemplo: (24) *Um ano mais tarde, uma onda gigante varreu Vanuatu, uma dessas ilhas, e provocou apenas cinco mortes*. (VEJA, 2005a, p. 56). [FATO 1: onda gigante varrer um local [e] (= mas) FATO 2 <> FATO 1: provocar poucas mortes.].

A diferença estabelecida entre os casos 3 e 5 é que, neste último, o contraste é maior, e parece referir-se sempre a um mesmo sujeito. *Tentar arduamente* aciona um complemento esperado – *não fracassar* ou *obter sucesso* – que não é satisfeito. Ao contrário, uma segunda oração se apresenta veiculando um traço inesperado, nos termos de Cruse. Da mesma forma, o fato de uma onda gigante “varrer” um local aciona um complemento esperado – *provocar muitas mortes* – expectativa que é frustrada no exemplo acima, uma vez que cinco mortes não representam um número alto se confrontado com o poder destruidor de uma onda gigante. A estrutura de sentenças coordenadas que apresentam sentido contrastivo ou assimétrico permite prever alguns pares contrastantes, tais como: (a) FATO 1: cair [e] (= mas) FATO 2 <> FATO 1: (não) se machucar; (b) FATO 1: ir a uma festa [e] (= mas) FATO 2 <> FATO 1: (não) se divertir e (c) FATO 1: apressar-se [e] (= mas) FATO 2 <> FATO 1: perder o ônibus / trem, etc. Esse tipo de sentença parece ser não reversível, pelo menos se se pretende manter o

¹⁹ O símbolo <> está sendo utilizado, neste trabalho, com o sentido de “oposto a”.

coordenador e, sob o risco de perder o sentido contraditório, como se pode ver no exemplo a seguir, cujo sentido veiculado é, agora, o de causa-conseqüência: (25) *Ele fracassou e tentou arduamente*. É possível prever alguns pares de sintagmas verbais que possam assumir essa relação contraditória, com o segundo elemento apresentando um traço inesperado, “ganhar na loteria / (não) pegar o dinheiro” ou “sofrer um acidente terrível / (não) ferir-se”.

Sem dúvida, a análise apresentada poderia ser estendida a outros casos de coordenação de orações por e, e não apenas os apontados por Koch, Neves, e Quirk e Greenbaum. Claramente, um estudo mais rigoroso de enunciados produzidos em uma língua pode apontar outras implicações semânticas do coordenador e, não exploradas pelos autores citados neste trabalho, tal como a relação de meio-fim, em que um segundo membro coordenado expressa finalidade ou propósito do que foi dito no primeiro membro, como mostra o exemplo: (26) [...] *FHC continua procurando empresários e solicitando ajuda financeira para manter o Instituto FHC* (VEJA, 2005a, p. 36). A relação semântica de finalidade expressa por esse enunciado pode ser explicitada por meio da seguinte paráfrase: *FHC continua procurando empresários a fim de solicitar ajuda financeira para manter o Instituto FHC*.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a dificuldade de se obterem trabalhos que analisem as conjunções sob uma perspectiva léxico-semântica, particularmente com vistas à sua formalização, a proposta deste estudo foi a de apresentar uma possibilidade de análise, levando-se em conta os sintagmas verbais que circundam a conjunção e nos períodos compostos por coordenação. Para explicar o uso ou a função desse elemento nos enunciados, recorreu-se aos aspectos lógico-semânticos da conjunção na sua relação com os demais elementos da sentença. Assume-se que algumas críticas podem ser feitas a essa proposta. Por exemplo, em muitas situações, apela-se para elementos extralingüísticos (tais como o conhecimento de mundo do falante) para determinar se dado evento é uma conseqüência, uma seqüência temporal, uma contradição ou uma mera adição de fatos ou eventos. No entanto, estudos como este representam um passo mais além da descrição superficial e limitada apresentada em muitos manuais de gramática, pois possibilitam a análise dos elementos sob vários prismas, o que torna o processo de leitura de um texto muito mais produtivo.

Um outro mérito desta análise é a apresentação de enunciados autênticos para a aplicação das formas de descrição apresentadas, ou seja, exemplos extraídos de publicações que estão em circulação. Ressalta-se o mérito pelo fato de grande parte dos linguistas usarem, ao que parece²⁰, exemplos artificiais, criados especialmente para provar suas teorias. Raras são as exceções, como Neves (2000), que utiliza enunciados realmente em uso na língua. Finalmente, esclarece-se aqui que este trabalho não esgota as possíveis leituras do elemento analisado. Tal tarefa deverá ser uma empresa futura. Há necessidade de trabalhos mais consistentes com relação aos itens lexicais do sistema fechado, uma vez que a maioria dos estudos na área da semântica lexical, conforme já foi pontuado, aborda os elementos da classe aberta.

5. REFERÊNCIAS

- CARONE, F. B. **Subordinação e coordenação**: confrontos e contrastes. São Paulo: Ática, 1988.
- CHIERCHIA, G.; MCCONNEL-GINET, S. **Meaning and grammar**: an introduction to semantics. London: The MIT Press, 2000.
- CRUSE, D. A. **Lexical semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- FILLMORE, C. J. "The case for case". In: BACH, E.; HARMS, R.T. (Eds.). **Universals in linguistic theory**. New York, Holt, 1968. p. 1-88.
- . "Types of lexical information". In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS (Eds.). **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- . "The case for case reopened". In: COLE, E. [et al.]. **Syntax and semantics**: grammatical relations, 8. New York: Academic Press, 1977. p. 59-81.
- GRIMSHAW, J. **Argument structure**. Cambridge; London: The MIT Press, 1990.
- HAEGMAN, L. **Introduction to government and binding theory**. Oxford: Blackwell, 1994.
- HANDKE, J. **The structure of the lexicon**: human versus machine. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1995.

²⁰ Essa suposição deriva do fato de os exemplos apresentados geralmente terem uma estrutura bastante simples.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Trad. Isidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LONGACRE, Robert E. **The grammar of discourse**. 2nd ed. New York: Plenum, 1996.

LYONS, J. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: EDUSP, 1979.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PERINI, M. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1995.

QUIRK, R.; GREENBAUM, S. **A university grammar of English**. 18th ed. London: Longman, 1987.

REVISTA ISTOÉ. São Paulo: Três, 10 nov. 2004.

REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, 5 jan. 2005a.

REVISTA VEJA. São Paulo: Abril, 19 jan. 2005b.

Unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
— www.unioeste.br —

REVISTA VARIA SCIENTIA

Versão eletrônica disponível na internet:

<http://e-revista.unioeste.br>

V A R I A
S C I E N T I A